

Indenização progressiva, mas com retroação limitada.

O Centrão espera remover um dos últimos entraves para o acordo que está sendo tentado com os sindicalistas (representados pelos presidentes dos metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, e dos eletricitários, Antônio Rogério Magri). Tem uma proposta para fechar o capítulo de Ordem Social da nova Constituição: a "estabilidade" no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização seria substituída pela indenização progressiva (o pagamento de um mês de salário por ano trabalhado no caso de dispensa imotivada) com retroatividade a partir da data de instalação da Constituinte, a 1º de fevereiro de 1987.

Essa proposta será levada aos sindicalistas em reunião na próxima segunda ou terça-feira e garantirá, segundo os membros do Centrão, pelo menos um ano de estabilidade contra demissão imotivada a todos os trabalhadores. Para um dos líderes do grupo, o deputado Roberto Cardoso Alves, a proposta tem grandes condições de agradar trabalhadores e empresários, uma vez que a retroatividade total, como queriam os sindicalistas, seria

impossível, e garantia nenhuma seria injustiça, segundo o deputado.

Anteriormente, o Centrão pretendia que a indenização fosse concedida apenas a partir da promulgação da nova Carta, o que era considerado inaceitável pelos sindicalistas, que se reuniram ontem com o grupo. Ontem, o próprio Luís Antônio Medeiros considerava possível um acordo nessa questão, por ter encontrado "sensibilidade" nos políticos do Centrão para discutir até se chegar a um consenso.

Medeiros estava entusiasmado com a possibilidade de um acordo global com o Centrão, principalmente porque, no encontro da última quinta-feira, o grupo comprometeu-se a apoiar a equiparação dos aposentados com os trabalhadores da ativa. Dessa forma — e isso foi confirmado pelo Centrão — o cálculo para fixação dos proventos da aposentadoria será feito com base no salário-contribuição dos últimos 12 meses trabalhados pelo aposentado, garantida a correção monetária necessária à atualização do poder de compra real dos proventos. "Isto é um avanço

muito importante", considerou Medeiros, pois "está resgatada a dignidade dos aposentados".

O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) não conseguiu convencer os colegas do Centrão para incluir na nova Carta o pagamento de férias no valor de um terço a mais do que o salário normal. Mas adiantou que apresentará a emenda como proposta individual, por considerá-la de grande valor social.

Ainda no capítulo da Ordem Social, o Centrão aprovou também a garantia do pagamento de pensão aos viúvos de ambos os sexos (atualmente só têm direito as viúvas) e que os pensionistas não perderão o direito se voltarem a casar, o que ocorre hoje; e a garantia ao trabalhador urbano e rural do seguro-desemprego, FGTS, salário mínimo unificado, irredutibilidade do salário, 13º salário, duração da jornada não superior a 8 horas e a 44 horas semanais, horas extras no valor de 50% da hora normal, licença à gestante de 120 dias sem prejuízo do emprego e remuneração e seguro contra acidentes de trabalho.



Os históricos se reúnem. E não querem falar de rompimento.

"Quem estiver pensando em ir à reunião para se despedir do partido, nada tem a fazer lá. Pode ficar em casa." A recomendação é do líder do PMDB na Constituinte,

Mário Covas (foto),

e foi feita ontem diante de 60 peemedebistas que hoje estarão na reunião dos históricos do PMDB. O MUP quer o rompimento com o governo e exige que a reunião seja "consequente". Covas e o senador José Richa acham que o momento não é de rompimento — uma decisão da competência da convenção nacional. Sentindo a reação contrária dos históricos, o MUP já começa a reconhecer que o governo é que rompeu com o PMDB. Com isso, eles pretendem desenvolver um trabalho para convencer os ministros do PMDB a deixar o governo, apresentando um pedido de renúncia.

8861 JAN 1988

EMENDAS

Mandato, aposentadoria, plebiscito... 470 propostas.

O projeto de Constituição elaborado pela Sistematização recebeu, até ontem, a sugestão de 470 emendas. Os temas predominantes são o mandato presidencial e a concessão de aposentadoria com salário integral, garantindo também reajustes integrais. Muitos constituintes demonstram preocupação com os gastos do governo — e vêm apresentando emendas para reduzi-los. Uma delas é a do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que propõe um máximo de 12 ministros. O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) sugere a diminuição do número de parlamentares.

Em sua proposta, o deputado Luiz Freire (PMDB-PE) quer que a despesa com o pessoal da União, Estados e municípios não exceda 50% das despesas, e que os orçamentos que excederem esse percentual devem ser reduzidos na proporção de um décimo do valor acima desse patamar, a cada ano. Há, porém, constituintes que querem contribuir para o aumento das

despesas. Como o caso do deputado Jesus Tajra (PFL-PI), que propôs a criação da Companhia do Vale do Rio Parnaíba e o Fundo de Proteção à Família Carente. Davi Alves Silva (PFL-MA) apresentou emenda (assinada também por Edison Lobão e João Castelo) propondo que depois de promulgada a nova Carta seja feito um plebiscito para criar o Estado de Maranhão do Sul.

Entre as 470 emendas apresentadas, há também as que não acrescentam nada — como a do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), que quer a modificação da denominação de Senado Federal para Senado da República; que a Câmara dos Deputados passe a ser Câmara Federal; a Assembléia Legislativa vire Câmara Estadual e a Câmara

Municipal seja tratada de Câmara Distrital.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, vai apresentar duas emendas, ambas referentes ao capítulo dos Direitos Sociais. A primeira determina que a associação profissional é livre; a outra assegura a eleição de um representante dos empregados nas empresas com mais de 200 empregados. A finalidade, segundo ele, é promover entendimentos diretos entre empregados e empregadores.

Para a conclusão "pacífica" dos trabalhos da Constituinte, o deputado Basílio Vilani (PMDB-PR) vê como única solução prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. Na mesma emenda, ele garante mandato de cinco anos

JORNAL DA TARDE

para o presidente Sarney (o que já está assegurado em mais outras três emendas) e prevê o fim dos mandatos dos prefeitos e vereadores para 1º de janeiro de 1990. Vilani justifica: "Realizar eleições em 1988 significaria esvaziar Brasília já a partir de junho, o que prejudicaria completamente os trabalhos do plenário".

O grupo "histórico" do PMDB já se encarregou de contra-atacar tal emenda, propondo eleição e posse do sucessor de Sarney, por voto direto, ainda em agosto deste ano. O grupo prevê que a futura Carta seja promulgada em abril; por isso, a emenda estabelece que as eleições sejam feitas 90 dias depois. A idéia de aceleração dos trabalhos, com a consequente realização das eleições, segundo os "históricos", superaria a questão da duração do mandato, e evitaria o rompimento formal entre o PMDB e o governo. (O partido detém mais de dez mil cargos subordinados ao Executivo, dos quais teria de abrir mão se optasse pelo rompimento.)

Eleições gerais em 1989, com reeleição e referendun.

Eleições gerais, de presidente a vereador, mas a 7 de setembro de 1989, permitida a reeleição de Sarney e dos atuais governadores, será a emenda que

o deputado Heráclito Fortes (PI), da direção nacional do PMDB e ligado a Ulysses Guimarães vai apresentar nesta terça à Constituinte. Na proposta,

os senadores eleitos em 1986 serão submetidos a "referendun" — se não chegarem aos 30% dos votos, ocorrerão novas eleições para seus cargos. Uma outra emenda, ainda em estudos

mas

com muitos apoios, também deve ser apresentada nos próximos dias.

Aprovada, ela permitirá que ocupantes de cargos executivos possam se licenciar — e não renunciar — para entrar na disputa pelo lugar de Sarney. O deputado Roberto Rollemberg,

coordenador da bancada federal do PMDB, confirmou as articulações para a sua aprovação, apoiada inclusive pelo governador paulista.

Em preparação, o novo perfil liberal do PFL.

As críticas de que o PFL não tem fisionomia política definida, o presidente do partido, senador Marco Maciel, diz que reserva uma surpresa. "Estamos fazendo esforços no sentido de definir o perfil liberal do PFL por ocasião da votação da nova Carta em plenário", disse ele ontem. Maciel acredita que tal esforço terá resultado na proporção em que o partido obtiver uma união maior em termos das propostas incluídas no programa.

Para isso, já na próxima quinta-feira, a Executiva Nacional vai se reunir com a finalidade de definir a data das convenções e a própria postura do PFL diante do projeto da nova Carta. Uma das maiores preocupações da cúpula do partido é a recondução de José Lourenço à liderança, depois de ter aderido ao Centrão.

Acre, um Estado Independente?

"Fica reconhecida a existência político-jurídica do Estado Independente do Acre, assim constituído em 27 de janeiro de 1903,

por José Plácido de Castro, declarando-se nula sua incorporação do Brasil." Esta é a proposta de emenda apresentada ao projeto da Constituição pelo deputado Osmir Lins

(PMDB-AC). Para ele, essa é a única forma de devolver a esperança ao Acre. "Por todos os desmandos e descasos aqui apresentados, nós, legítimos descendentes dos heróis revolucionários, chegamos à conclusão de que fomos enganados pela Pátria que nos incorporou como enjeitados pela fortuna", diz o parlamentar em sua proposta. Através dela, o Brasil e o Estado Independente do Acre disciplinarão, através de tratado, as situações jurídicas.